

A adoção do mecanismo da adesão automática - também chamado de adesão presumida - vem reforçar o potencial de fomento da previdência complementar na administração pública federal, acredita a diretora-presidente da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Judiciário (Funpresp-Jud), Elaine de Oliveira Castro. A mudança acaba de ser aprovada por meio da sanção, no último dia 5 de novembro, pela presidente Dilma Rousseff, da [Lei nº 13.183](#), baseada na Medida Provisória nº 676/2015.

A nova legislação alterou a Lei 12.618/2012 (a lei que criou o sistema de previdência complementar dos servidores públicos no Brasil). No caso da Funpresp-Jud, criada em 2013, o número atual de participantes atualmente é de 3.200 e o patrimônio administrado é de R\$ 42 milhões, sendo que o índice de adesão dos servidores ao plano oscila entre 53% e 55%, segundo informa a presidente. Mas com a adesão automática a expectativa é de que esse índice suba expressivamente. Os servidores federais com remuneração acima do teto do INSS passarão a ser automaticamente filiados ao plano de maneira simultânea a sua posse e terão um prazo de 90 dias para decidir se pedem ou não o seu desligamento.

Elaine Castro lembra que a mudança deverá contribuir para o fomento da previdência complementar dos servidores e de todo o sistema de previdência complementar fechada no País.

Informação e comunicação com os participantes e patrocinadores serão ainda mais importantes a partir da adesão automática, acredita a presidente da Funpresp-Jud, como caminho para evitar que os participantes optem por sair dos planos após o prazo inicial. A partir de agora, será preciso trabalhar ainda com maior ênfase na educação e na comunicação com os participantes de modo a que eles não peçam o desligamento do plano passado o período de 90 dias.

Os próximos passos serão no sentido de aprimorar a comunicação nos seus diversos meios; promover a educação financeira e previdenciária e conquistar a permanência dos participantes nos planos de benefícios à medida que eles compreendam o quanto poderão perder se deixarem de aderir. Elaine Castro enfatiza que "a previdência complementar dos servidores públicos já foi implantada com sucesso no âmbito federal e em vários Estados brasileiros e ela representa uma grande oportunidade de crescimento para todo o sistema fechado e da poupança interna do País".

Atualmente existem seis EFPCs voltadas aos servidores públicos em funcionamento, duas dirigidas à administração pública federal e quatro às administrações estaduais e, após três anos de existência o segmento já conta com 47.700 participantes e patrimônio de R\$ 652 milhões. As projeções do mercado indicam para 2045 um total de 660 mil participantes e patrimônio de R\$ 203 bilhões.

A Funpresp-Exe, que administra os planos de previdência complementar dos servidores do Executivo e também do Legislativo, tem atualmente 16.400 participantes e a expectativa é de encerrar este ano com 20 mil participantes, segundo informa o presidente da entidade, Ricardo Pena. A aprovação da adesão automática, acredita Pena, virá contribuir para acelerar esse processo de crescimento uma vez que inverte o mecanismo de ingresso no plano e com isso elimina a tendência das pessoas à inércia em relação às suas decisões financeiras e previdenciárias.

A Funpresp-Exe, cuja taxa de adesão está em 36%, espera ver esse percentual saltar para alguma coisa em torno de 80%, seguindo o exemplo do que já aconteceu em outros países. Vale lembrar que os servidores que entraram na administração pública federal depois de 2013 por meio de concurso têm uma remuneração superior ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) correrão o risco de sofrer uma queda expressiva em seus rendimentos após a aposentadoria caso não sejam participantes de um plano de previdência complementar. A adesão automática, portanto, vem contribuir para a garantia de uma melhor qualidade de vida a esse trabalhador no futuro, entende o presidente da Funpresp-Exe. Ele observa que caberá às entidades, a partir de

agora, aprimorar sua comunicação com os participantes para manter a fidelidade das pessoas aos planos após encerrado o prazo inicial.

Fonte: [Abrapp](#), em 16.11.2015.